

QUESTÃO Nº: 34 – PROVA: ADMINISTRADOR

ARGUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S):

1. Segundo um dos candidatos a afirmativa 4 da questão é correta de acordo com o autor Claus Offe em seu livro *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Conforme o candidato, Offe afirma que o Estado de Bem-Estar Social fortalece a manutenção do capitalismo porque impede uma ruptura com o sistema de exploração do trabalho.
2. Segundo outro candidato a questão deve ser anulada por estar incompleta, uma vez que a afirmativa 3 estaria errada. O candidato alega que o *Welfare State* nos países industrializados do ocidente estaria relacionado com problemas sociais e não fiscais conforme pesquisas e livro (Wilensky e Lebeaux (1965)).
3. Segundo o candidato, a afirmação 1 da questão é correta e não falsa conforme consta no gabarito oficial. Para ele, se considerarmos o Estado de Bem-Estar Social brasileiro este não conseguiu diminuir a desigualdade social no país apesar do aumento dos gastos sociais nos últimos dez anos apresentando uma baixa mobilidade social e educacional entre gerações. Os dados, segundo o candidato, constam no primeiro relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a América Latina e Caribe. Ainda, segundo o estudo, a região é a mais desigual do mundo.

FUNDAMENTAÇÃO:

1. De fato, o Estado de Bem-Estar Social, com o pacto entre o Estado, o capital e os trabalhadores, colabora com o desenvolvimento e consolidação do capitalismo nos trinta anos após a II Guerra. Mas, é importante observar que a afirmativa 4 não se refere à consolidação do Estado de Bem-Estar Social. Ela se refere à crise do Estado de Bem-Estar: “uma das consequências da crise do Estado de Bem-Estar Social é o fortalecimento do pacto entre “capital e trabalho”. Essa afirmativa é incorreta, uma vez que a sociedade salarial erigida dentro do modelo taylorista-fordista de produção é abalada a partir da crise econômica nos anos 70 e, para o capitalismo, trata-se de um problema em termos de acumulação. Segundo Castel (1998), as mudanças ocorridas no mundo do trabalho são frutos de decisões políticas de setores da sociedade que resolveram romper o pacto entre capital e trabalho, bem como dismantelar conquistas conseguidas dentro da sociedade salarial. É nesse sentido que se pode entender, portanto, a crise das políticas keynesianas do Estado de Bem-Estar Social, as mudanças no caráter do Estado e o advento das políticas neoliberais que terão um profundo impacto no trabalho (LEITE, 2009).

Portanto, não se pode afirmar, dentro de um contexto de profundas mudanças nas relações capital-trabalho, com um processo de flexibilização para contratação e demissão, das condições de trabalho e do vínculo empregatício (Harvey, 1993) e aumento de empregos considerados atípicos, que houve o fortalecimento do pacto, mas a perda de direitos, pelos trabalhadores, adquiridos via *Welfare State* em um processo de precarização do trabalho.

Referências:

CASTEL, R. **A nova questão social**. In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São

Paulo: Loyola, 1993.

LEITE, M. P. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, M.; ARAÚJO, A. M. C. **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre o Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

2. Primeiramente, é importante transcrevermos aqui a afirmativa 3: “nos países industrializados ocidentais, os primeiros sinais da crise do *Welfare State* estão relacionados aos problemas fiscais provocados pela dificuldade de sustentar os gastos públicos com o crescimento da economia capitalista.”

O candidato quando faz a contestação da questão não se refere à crise do *Welfare State* tal qual se coloca na afirmação. Apenas afirma que o *Welfare State* estaria relacionado com problemas sociais e não fiscais. Como a colocação do candidato não ficou clara, não é possível saber se está fazendo referência às origens do *Welfare State* ou à crise sobre a qual a afirmação trata.

Sobre o significado do Estado de Bem-Estar para os países desenvolvidos, Esping-Andersen destaca que:

O *welfare state*, uma das marcas da "era dourada" de prosperidade do pós-guerra, significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo. (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 73)

Nesse sentido, Estado de Bem-Estar Social consolidou-se e prosperou após a II Guerra cerca de trinta anos. Mas, é importante observar que a afirmativa 3 não se refere às origens ou à consolidação do Estado de Bem-Estar Social. Ela se refere à crise do Estado de Bem-Estar Social. Regonini (2004), nos esclarece o que vem a ser essa crise fiscal:

Desde o fim da II Guerra Mundial, todos os estados industrializados tomaram medidas que estendem a rede de serviços sociais, instituem uma carga fiscal fortemente progressiva e intervêm na sustentação do emprego ou da renda dos desempregados. [...] Mas, não obstante haverem melhorado os instrumentos técnicos de previsão e andamento das despesas públicas, nos países onde é mais ampla a cobertura do seguro social [...], em fins da década de 60, as despesas governamentais tendiam a aumentar mais rapidamente que as entradas, provocando a crise fiscal do Estado (O'Connor, 1973). O aumento do déficit público provoca instabilidade econômica, inflação, instabilidade social, reduzindo consideravelmente as possibilidades de utilização do Welfare em função do assentimento político. Alguns Estados são obrigados a limitar a intervenção assistencial, quando o aumento da carga fiscal gera em amplos estratos da opinião pública uma atitude favorável à volta à contribuição baseada no princípio contratualista. (REGONINI, 2004, p. 417)

Portanto, o Estado de Bem-Estar dá sinais de problemas de natureza fiscal a partir do final dos anos 60. Juntamente com a crise econômica nos anos de 1970, há também o ressurgimento das ideias neoliberais, em especial nas Inglaterra, no governo Thatcher, e nos EUA, no início da década de 1980, com Reagan, cujo ideário pautava-se na mínima interferência do Estado (Estado mínimo) na economia e na diminuição de gastos públicos em políticas sociais. Segundo Esping-Andersen (1995) a privatização dos programas de bem-estar social foi uma das estratégias mais defendidas na crise do *welfare state*, promovida por duas razões, quer sejam, a primeira objetivando a diminuição do gasto público com as políticas sociais e para estimular a independência do cidadão e, a segunda, para tentar atender as demandas mais diferenciadas da sociedade "pós-industrial".

Ainda, segundo Esping-Andersen (1995), essa crise fiscal é acentuada com a globalização e a abertura de mercado, quando os países perderam boa parte de sua autonomia no planejamento de

suas políticas econômicas. Enquanto as economias eram administradas mais internamente, acordos entre governos, trabalhadores e empresas locais eram mais bem sucedidos. Com a globalização, tanto os governos de esquerda quanto os de direita se viram obrigados a cortar gastos sociais. Mas, segundo o autor, não se deve exagerar no grau de interferências globais. Os mecanismos de interferência políticos e institucionais de representações de interesses e de construção de um consenso político contribuem para isso. Quanto mais fracas forem as instituições de um país para negociar conflitos, mais difícil será a manutenção do tripé bem estar social, emprego e crescimento. Por outro lado, os encargos trabalhistas fixos são mais altos e o déficit fiscal para sustentar esta estrutura cresceu. Com isso acabou se criando uma estrutura rígida, onde é difícil se ampliar os postos de trabalho.

Portanto, a afirmação 3 está correta, pois, como demonstramos, após cerca de trinta anos de prosperidade o Estado de Bem-Estar dá sinais de problemas de natureza fiscal. Os países, a partir do final dos anos 60, têm dificuldades de natureza fiscal para manter a estrutura do *Welfare State* e os serviços por ele ofertados à população, o que se constitui em um desafio a ser enfrentado para que este Estado permaneça.

Referências:

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. **Lua Nova**, São Paulo, n. 35, 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 jan. 2014.
REGONINI, G. Estado do Bem-estar. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: Editora da UNB, 2004, vol. 1, p. 416-419.

3. Transcrevemos primeiramente a afirmação 1: “as reformas sociais ocorridas no Estado de Bem-Estar foram pouco expressivas para gerar mais igualdade entre os cidadãos.”

É importante destacar que a alternativa 1 não faz referência em nenhum momento ao caso brasileiro e também não faz nenhum recorte temporal. Nesse sentido, a alegação da candidata sobre a situação brasileira na última década não procede. Utilizando o mesmo exemplo trazido pela candidata no seu recurso, quer seja, de relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, destacamos a publicação anual global que aborda temas transversais e de interesse internacional, bem como o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de grande parte dos países do mundo. O IDH mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. Neste caso, se observarmos o ranking de IDH global de 2012 veremos que países que aparecem nas primeiras posições, portanto, com melhores índices de desenvolvimento humano, são países que instituíram efetivamente políticas de Bem-Estar como Noruega, Austrália, Estados Unidos, Alemanha, Suécia, entre outros. Então, nesse sentido, não é possível afirmar que os Estados de Bem-Estar foram pouco expressivos para gerar igualdade entre os cidadãos.

Referências:

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking IDH Global 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2012.aspx>. Acesso em: 05 de jan. 2014.

CONCLUSÃO:

- (X) MANTER A QUESTÃO COMO DIVULGADA NO GABARITO.
() ALTERAR A RESPOSTA DA QUESTÃO. A RESPOSTA CORRETA É A LETRA _____.
() ANULAR A QUESTÃO.